

# EDITORIAL

*EDITORIAL*



## **EDITORIAL: A PRAJNA E O CAMPO DE ESTUDOS SOBRE AS CULTURAS ORIENTAIS NO CENÁRIO ACADÊMICO BRASILEIRO**

## **EDITORIAL: PRAJNA AND THE FIELD OF STUDIES ON ORIENTAL CULTURES IN THE BRAZILIAN ACADEMIC SCENARIO**

Leonardo Henrique Luiz<sup>1</sup>

Richard Gonçalves André<sup>2</sup>

Editores

### **1. A revista e seu propósito**

No final de 2018, começaram a ser delineados os primeiros conceitos do que viria a tornar-se a *Prajna: revista de culturas orientais*, cujo primeiro número chega aos olhos do leitor agora, em janeiro de 2021. Naquela ocasião, momento intelectualmente inspirador para os editores, buscamos conceber um periódico que fosse voltado para congregar investigações acadêmicas de pesquisadores especializados no multifacetado universo das culturas orientais, não sendo, aqui, a utilização do plural uma coincidência em razão da diversidade dos objetos. Além disso, seria um material destinado à difusão dessas reflexões para o público universitário e não especializado.

Batizar o periódico, entre cafés e longas caminhadas nas Dunas da Joaquina, não foi tarefa fácil. Após longas idas e vindas, hesitações, expectativas, frustrações e acertos, chegamos ao nome atual, *prajna*, terminologia em sânscrito referente ao mundo hindu e budista que diz respeito à sabedoria, condição para a iluminação, também denominada, em japonês, como *satori*. Mesmo no repertório do Budismo, a iluminação possui definições bastante diversas, às vezes contraditórias, desde as escolas mais clássicas da religião, como o Theravāda (COHEN, 2008), passando pelo Zen (SUZUKI, 2005) e chegando ao que o intelectual britânico Alan Watts denominou Zen Beat (WATTS, 1988). Todavia, apesar dessa variedade, a palavra possui o significado metafórico, com paralelos em relação à cultura ocidental, de partir das trevas da ig-



norância para chegar a um estado iluminado, condição fundamental para a libertação última, o Nirvana (COHEN, 2008). Portanto, em nossa revista, *prajna* remete ao afã da equipe editorial de iluminar, por meio da sabedoria, um caminho em processo de consolidação na produção acadêmica brasileira.

Mas o que significa essa senda em processo de consolidação na reflexão acadêmica sobre as culturas orientais? A condição processual não quer dizer que não tenha havido, até o momento, o desenvolvimento de investigações sobre elementos desse universo no Brasil. Há intelectuais pioneiros nesse sentido em nosso país, podendo-se aqui referenciar figuras como Ricardo Mário Gonçalves, Eduardo Basto de Albuquerque (*in memoriam*), Leila Marrach Basto de Albuquerque e Frank Usarski, isso para falar apenas daqueles envolvidos com o mundo nipo-brasileiro. Nos últimos anos, contudo, esse interesse tem engajado jovens pesquisadores cujas produções refletem-se em trabalhos de conclusão de curso, monografias de especialização, dissertações de mestrado, teses de doutorado, trabalhos de pós-doutorado, anais de eventos e artigos científicos, como é o caso dos textos publicados no primeiro número da *Prajna*.

Portanto, quando falamos de culturas orientais no cenário brasileiro, isso não é sinônimo de inexistência de pesquisadores. O que nos parece um processo em consolidação é um campo possuindo canais de interlocução. Temáticas como escravidão ou imigração no Brasil, por exemplo, são arquitetadas a partir de campos academicamente consagrados, sendo possível mapear autores, linhas de investigação, instituições, eventos e publicações solidamente estabelecidas, o que é louvável. No caso das culturas orientais, entretanto, a paisagem é prolífica, porém esses canais encontram-se em processo de consolidação.

Nesse cenário, destacamos aqui iniciativas importantes no sentido de estruturação de um campo de pesquisa. Vale ressaltar simpósios temáticos em eventos como aqueles promovidos pela Associação Brasileira de História das Religiões, que têm acontecido há duas décadas. Além disso, numa escala mais ampla, considerando que se trata de evento especializado, deve-se enfatizar o Simpósio Eletrônico Internacional de História Oriental (SIMPORIENTE) que, em



2020, chegou à sua quarta edição, tendo à frente o sinólogo André Bueno, professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Em termos de revistas, é possível aqui frisar periódicos como o *Estudos japoneses*, da Universidade de São Paulo (USP), tendo como editores os professores Junko Ota, Leiko Matsubara Morales e Silvio Miyazaki; a *Hon no mushi: estudos multidisciplinares japoneses*, cujo editor-chefe é Cacio José Ferreira, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM); a *Malala*, voltada para o mundo muçulmano, editada por Peter Robert Demant da USP; e, entre outros, a *Cultura oriental*, ligada à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), tendo como editores os professores Fabricio Possebon e Roberto de Andrade Martins. Porém, após quatro números bastante prolíficos em termos de artigos, resenhas, traduções e resumos de dissertações e teses, a revista aparentemente encerrou suas atividades em 2015.

As produções listadas desempenham papel importante justamente pelo intuito de constituir campos de investigação acadêmica ligados às culturas orientais. As revistas em questão versam sobre universos específicos, como é o caso do Japão e do Oriente Médio, o que se justifica em razão das particularidades inerentes às suas discussões. Basta lembrar a relevância, por exemplo, de periódicos internacionais como o *Japanese journal of religious studies*, o *Japan review* e o *Monumenta nipponica*, apenas para citar o caso dos estudos japoneses.

Retornando ao caso brasileiro, considerando as veredas abertas por esses esforços, a *Prajna* justifica-se como uma tentativa de fortalecer o campo em torno das culturas orientais, aqui compreendidas em sentido lato, envolvendo desde o Oriente Médio até o Extremo Oriente, bem como suas difusões pelo Ocidente. Tendo esse escopo amplo, não se pretende negar o papel desempenhado pelos periódicos citados (e, também, aqueles não citados) ou com eles concorrer, mas sedimentar conjuntamente esse campo inacabado, considerando toda a potencialidade de algo em processo de construção.



É importante também ressaltar que a revista é fruto do Laboratório de Pesquisa sobre Culturas Orientais (LAPECO), ligado à Universidade Estadual de Londrina (UEL) e coordenado por Richard Gonçalves André, professor do Departamento de História da instituição. Existente desde 2016, embora sob diferentes nomenclaturas que refletem seu desenvolvimento ao longo do tempo, o LAPECO, do ponto de vista interinstitucional e multidisciplinar, busca fortalecer o campo de pesquisa sobre culturas orientais por intermédio do fomento à pesquisa, destacando-se, entre suas atividades, a própria revista.

## 2. A primeira edição

Tendo em vista a concepção, os objetivos e as justificativas inerentes à *Prajna*, é importante destacar que a revista publica textos de diferentes naturezas, destacando-se artigos acadêmicos, entrevistas, resenhas, fontes primárias e resumos de dissertações e teses. Delineamos a seguir as reflexões que compõem sua primeira edição. O número constitui amostra importante em relação aos estudos sobre o Oriente e suas implicações culturais, sugerindo objetos de investigação, fontes de pesquisa, os caminhos da produção acadêmica, entre outros aspectos.

A primeira edição é aberta com uma entrevista realizada com o historiador norte-americano Jeffrey Lesser, professor da Emory University e autor de livros como *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil* (LESSER, 2001) *Uma diáspora descontente: os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica (1960-1980)* (LESSER, 2008). Ao longo da entrevista, Lesser reflete sobre sua formação pessoal, as diferentes características inerentes ao cenário acadêmico estadunidense e brasileiro e, também, no tocante a assuntos sensíveis à sua obra, como discursos e práticas racialistas (alguns deles ainda muito atuais, como a questão da sinofobia atrelada à pandemia da Covid-19, apesar do preconceito aos chineses datar do século XIX).



Em *A negociação da identidade nacional*, Lesser aborda imigrantes não europeus que se deslocaram para o Brasil desde o século XIX, mas cujo fluxo populacional acentuou-se no decorrer do novecentos. Nesse sentido, sua contribuição no tocante à imigração asiática é fundamental na produção acadêmica, versando sobre grupos até então relativamente pouco abordados pela historiografia brasileira, como é o caso de chineses, sírios, libaneses, judeus e japoneses. Aliás, as reflexões do historiador norte-americano são também decisivas na historiografia voltada para imigrantes e descendentes de japoneses no Brasil, inaugurando uma nova etapa que se afasta das discussões assimilacionistas preponderantes até então (SAITO; MAEYAMA, 1973). Lesser apresenta a temática da negociação de identidades, ressaltando o papel ativo de imigrantes e descendentes na construção de seu *ethos*.

O próprio discurso racialista em torno dos japoneses foi construído, no Brasil, tendo em vista, em grande parte, os enunciados a respeito dos chineses, que começaram a imigrar para o país nas primeiras décadas do século XIX. Sua imigração tornou-se objeto de reflexão por parte de políticos e intelectuais brasileiros no decorrer do oitocentos, o que se acentuou a partir dos anos 1870 em decorrência da crise de mão-de-obra escravocrata (LESSER, 2001; DEZEM, 2005). Considerando esse contexto histórico, André Bueno e Kamila Czepula refletem, no primeiro número da *Prajna*, sobre como o Daoísmo teria sido apropriado pelos pensadores brasileiros, tendo em vista dois autores, Salvador Mendonça e Henrique Lisboa. Segundo Bueno e Czepula, a religião não foi simplesmente deslocada para o cenário nacional, mas reconstruída e ressignificada, inclusive em termos de tradução, considerando o período em questão, as leituras realizadas por Mendonça e Lisboa e mesmo a subjetividade de ambos, utilizando de repertório judaico-cristão para pensar a religião chinesa.

O artigo de Bueno e Czepula apresenta-nos uma questão importante em relação à cultura oriental: como concepções e práticas chinesas foram apropriadas, ressignificadas e comunicadas a partir do olhar do outro, no caso, pensadores brasileiros. O fenômeno, que tem envolvido outros grupos como árabes e japoneses nos últimos três séculos, remete àquilo aquilo que o in-



telectual palestino Edward Said (1935-2003) denominou, em livro homônimo, como orientalismo (SAID, 1990). Embora Said se baseie no mundo árabe, a lógica do orientalismo é ampla, pois remete à visão do Ocidente em relação ao Oriente, geralmente se fundamentando em representações simplistas, exóticas e que resvalam com muita facilidade em preconceitos de ordem racialista.

A identidade, quer sob a ótica de si ou do outro, é uma discussão importante para pensar a questão das culturas orientais, constituindo um dos temas chave no primeiro número da *Prajna*. Edelson Geraldo Gonçalves discute, em seu artigo, como o Estado japonês durante a Era Meiji (1868-1912) buscou construir parte de seu *ethos* nacional fundamentando-se num processo de samuraização da cultura japonesa, o que se refletiu nos ritos cívicos delineados em documentos como o *Rescrito imperial dos soldados e marinheiros* (1882).

É interessante perceber como o passado foi mobilizado pelas diferentes formas de nacionalismo, fenômeno que se fortaleceu no século XIX, como apontado pelo historiador britânico Eric Hobsbawm (2014). O Japão não constituiu exceção, como demonstrado por Gonçalves. O samurai, pertencente a um estamento de guerreiros dotados com título de nobreza, foi teoricamente extinto com a Restauração Meiji em 1868, que acabou com o sistema de duplo poder característico do Xogunato e instaurou um regime inspirado, em parte, nas ideias ocidentais (um orientalismo às avessas). Entretanto, a representação (em seu sentido etimológico de *reapresentação*) do samurai foi evocada pelo Estado como símbolo de fidelidade ao senhor, em Meiji redefinido como o imperador. O cidadão comum, longe dos títulos nobiliárquicos, deveria portar-se como um samurai obedecendo ao líder civil e religioso da emergente nação, o que apresentou reflexo significativos até 1945, quando o Japão foi derrotado na Guerra do Pacífico com as bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki (IGARASHI, 2000).

No século XIX, outras regiões da Ásia encontravam-se em condições políticas diferentes do Japão, como é o caso da Índia, considerada colônia do Império Britânico. Contudo, havia um pano de fundo comum em esfera global, embora sob relações desiguais de poder: a expansão do colonialismo e do



imperialismo, o que gerou implicações significativas sobre a forma de pensar as identidades. Em seu artigo nesta edição da *Prajna*, Ana Beatriz Pestana Gomes reflete sobre o papel desempenhado pelo teatro político indiano diante das formas de dominação política e cultural realizadas pela Inglaterra, marcadas pelos mecanismos de censura em relação às manifestações locais.

As reflexões de Gomes são importantes na medida em que sugerem a complexidade das relações de poder num período de fortalecimento dos estados nacionais, paralelamente à expansão de imperialismos, colonialismos e resistências locais. Não obstante os dispositivos de controle realizados pela Inglaterra oitocentista, os indianos construíram formas de resistência (em sentido, talvez, thompsoniano) utilizando-se também do teatro, evocando (ou inventando, como ressalta Hobsbawm [2014]) as tradições locais. Isso demonstra que, mesmo considerando a disparidade das relações de poder, elas não podem ser reduzidas a binômios simplistas opondo dominantes e dominados. Além disso, as discussões de Gomes enfatizam o papel político das identidades, que não seriam apenas concepções flutuantes para além das tensões sociais. Nesse sentido, talvez haja um elo conectando o Daoísmo pensado por intelectuais brasileiros, a samuraização da cultura japonesa e o teatro indiano no século XIX.

As relações, inclusive de poder, entre Oriente e Ocidente representam temática importante desenvolvida na primeira edição da *Prajna*, como indica o artigo de Jorge Leão. O autor aborda dois jesuítas do século XVI, Francisco Xavier e Paulo de Santa Fé, que atuaram na tentativa de conversão de japoneses ao Catolicismo, considerando a entrada de portugueses no Japão do período. Amparando-se em fontes escritas produzidas pelos próprios religiosos, que constituem documentação prolífica e volumosa, Leão analisa algumas estratégias adotadas pelos padres, tais como a apropriação e a utilização de expressões derivadas das escolas budistas nipônicas, como Dainichi Nyorai (buda cultuado, sobretudo, na Escola Shingon), buscando referir-se ao Deus cristão. Isso gerou problemas no processo de pregação, considerando o contexto histórico de disputa religiosa entre as escolas budistas, fortemente matizadas politicamente.





A ação jesuítica, como explorado no artigo de Leão, remete à tentativa de fazer-se compreender para o outro, no caso os japoneses (ou o outro poderiam ser os próprios jesuítas, estrangeiros no Oriente), e as implicações derivadas dessa comunicação, o que se reflete na utilização de terminologias apenas aparentemente próximas, mas culturalmente distantes. A temática em torno do Catolicismo japonês durante os séculos XVI e XVII, período em que os conversos acabaram fechando-se em comunidades cripto-cristãs em decorrência das perseguições encetadas pelos governantes (a princípio, Hideyoshi Toyotomi e, após sua morte, Ieyasu Tokugawa), tem sido crescentemente desenvolvida na produção historiográfica. Inclusive, tornou-se relativamente celebrizada por intermédio de obras cinematográficas, como no filme *Silêncio*, dirigido por Martin Scorsese em 2017, baseado em livro homônimo escrito por Shusako Endō.

O objeto de pesquisa em questão também foi abordado por Marli Delmônico de Araújo Futata no livro intitulado *Os jesuítas no Japão (1549-1597): os desafios da missão numa sociedade letrada*, publicado em 2020 e resenhado neste número da *Prajna* por Rômulo da Silva Ehalt. A tese de Futata constitui compreender como a ação missionária jesuítica teria sido influenciada pela cultura letrada japonesa do século XVI. Contudo, como sugere o resenhista, a obra possui problemas que precisam ser considerados. Dentre eles, é possível apontar que o Japão teria sido reduzido a palco para o empreendimento jesuítico, ignorando-se a própria historicidade nipônica, tendo em vista suas características sociais e políticas. A cultura japonesa teria sido interpretada como tradição, conceito que remete à imagem de imutabilidade que oblitera sua própria dinamicidade, como sugere Hobsbawm (2014).

A ação jesuítica no Japão aparece também, na primeira edição da *Prajna*, na seção destinada à publicação de fontes primárias. Pedro Brocco foi o responsável pela cuidadosa organização e edição do texto intitulado *Tratado das contradições e diferenças de costumes entre a Europa e o Japão*, escrito no século XVI por Luís Fróis. O jesuíta é uma das figuras mais significativas dentre os padres que desenvolveram empreendimento missionário no território, uma vez que nele permaneceu por cerca de três décadas, aproximando-se



de figuras como Nobunaga Oda e escrevendo volumosa e densa documentação acerca dessa experiência.

Uma dessas fontes é justamente o tratado aqui publicado. De acordo com Brocco, que inclusive realiza uma importante apresentação do documento, o texto é significativo na medida em que, diferentemente de seus colegas, Fróis teria buscado descrever as diferenças de costumes presentes no Japão de forma menos parcial. Além disso, o jesuíta atenta tanto para as questões mais visíveis da cultura, como a música, o teatro e a escrita, quanto para aspectos “pequenos”, nem sempre óbvios, como o comportamento feminino, as formas de comer, vestir e curar. Difícil não lembrar das considerações do historiador italiano Carlo Ginzburg (2001), citado por Brocco, em torno de questões como o olhar antropológico (compreendendo, aqui, o jesuíta como antropólogo *avant la lettre*) e mesmo o paradigma indiciário, atento para indícios, sinais e pistas (GINZBURG, 1989). As relações entre portugueses e japoneses, portanto, não é simples, unilateral e monolítica: mesmo havendo sobressaltos terminológicos como no caso do Dainichi Nyorai concebido como Deus cristão, como ressaltado por Jorge Leão, há também as observações quase antropológicas de Fróis, como sugerido por Brocco.

Ainda no que se relaciona ao mundo católico fora da Europa, voltado aqui para o caso de Goa, na Índia, o artigo de Rozely Menezes Vagas Oliveira analisa, utilizando como fontes primárias volumosa e rica documentação epistolar, o caso de rebeldia de freiras agostinhas na localidade, ligadas à soror Magdalena de Sto. Agostinho, durante o início do século XVIII. Diante de posturas percebidas como autoritárias encetadas pelo arcebispo de Goa e seu prelado, as religiosas teriam quebrado o voto de clausura como mecanismo de resistência. Para isso, buscaram angariar, em torno de sua causa, o apoio de autoridades e instituições religiosas e civis, tais como os vice-reis e o próprio monarca português, D. João V.

O objeto abordado por Oliveira é importante três sentidos. Em primeiro lugar, sugere como a expansão católica fora da Europa, mais particularmente em direção à Ásia (e aqui vale lembrar as contribuições, presentes nesta edição da *Prajna*, de Jorge Leão, Rômulo Ehalt e Pedro Brocco em relação ao Japão),



permite compreender o choque de culturas e as formas de relação com o outro. Em segundo, também em paralelo com os outros textos deste número, as reflexões da autora remetem à riqueza das fontes epistolares, tornando possível tanto a análise do encontro cultural quanto o cotidiano e as relações de poder no interior dessas comunidades eclesiásticas. Isso leva ao terceiro ponto de destaque inerente às considerações de Oliveira, isto é, o papel ativo desempenhado pelas freiras agostinhas em Goa, que não seriam meramente vítimas das relações desiguais de poder encetadas pelas autoridades eclesiásticas e masculinas, desenvolvendo formas de resistência utilizando de seus próprios dispositivos, como a quebra do voto de clausura. Também em consonância com outras discussões presentes neste número da revista (vejam as considerações de Jeffrey Lesser e Ana Beatriz Gomes), o artigo de Oliveira complexifica as relações poder, que não podem ser entendidas apenas como imposições unilaterais que as reduzem a um jogo entre dominantes e dominados, agentes e vítimas.

O mundo indiano, ou pelo menos da região que viria a ser conhecida posteriormente como Índia, foi também abordado nesta edição por Estela Piccin, embora num período mais remoto da história, retornando aos primeiros quatro séculos da era cristã. A autora analisa diferentes interpretações relacionadas ao Mahāyāna, uma das três grandes vertentes do Budismo (ao lado de ramos clássicos como o Theravāda, por um lado, e do Vajrayāna, por outro [COHEN, 2008; WEBER, 1958], tendo em vista a forma como a religião se desenvolveu em Gandhāra. Utilizando de material bibliográfico e de fontes primárias visuais, Piccin ressalta que o Mahāyāna seria, provavelmente, mais antigo do que se supunha pela produção especializada.

O artigo constitui contribuição importante não apenas para a *Prajna*, como também para a produção acadêmica brasileira sobre as religiões orientais, mais particularmente o Budismo. Embora haja reflexões pioneiras (como aquelas realizadas pelos citados Ricardo Mário Gonçalves, Eduardo Basto de Albuquerque e Frank Usarski) e as pesquisas estejam crescendo nos últimos anos, o cenário ainda é lacunar em nosso país, especialmente considerando a existência, em outros países, de periódicos especializados no universo budista



como o *Journal of global Buddhism*. Além disso, Piccin aborda de forma competente o Budismo antigo, o que constitui desafio significativo para os pesquisadores, tendo em vista o repertório conceitual específico e a própria bibliografia, escrita, sobretudo, em língua estrangeira.

É importante, também, ressaltar outro mérito ligado à pesquisa de Piccin, que diz respeito à ênfase sobre as fontes visuais como forma de repensar as interpretações consagradas sobre o Mahāyāna. No mundo acadêmico, a documentação iconográfica permanece ainda subutilizada e, quando mobilizada, geralmente é reduzida à condição de ilustração no tocante à argumentação escrita (BURKE, 2004). No entanto, trata-se, também, de um cenário em mudança nas pesquisas brasileiras, como atestam publicações como a *Domínios da imagem*, periódico irmão da *Prajna* publicado pelo Departamento de História da UEL. Piccin articula, portanto, imagem e Budismo, considerando que a iconografia é um elemento importante no repertório da religião (YIENGPRUKSAWAN, 2007), diferentemente da iconoclastia presente em certas vertentes do universo judaico-cristão.

Também em torno do universo iconográfico, embora lidando com a contemporaneidade, Lucas Camara Gibson analisa as imagens produzidas por Daidō Moriyama, um dos mais importantes fotógrafos do pós-guerra japonês. Gibson atenta para as apropriações realizadas por Moriyama, aqui entendidas em sentido específico, isto é, a forma como reutiliza imagens em suas fotografias, repensando noções estabelecidas como autoria e originalidade, operando de forma transgressora em relação a fotógrafos japoneses do período, como Ken Domon (1909-1990) e Ihei Kimura (1901-1974), dois ícones do chamado Realismo Fotográfico emergente nos anos 1950 (ANDRÉ, 2019; FELTENS, 2011).

Tal como Estela Piccin, Gibson possui o mérito de refletir sobre o universo imagético, concebido aqui tanto como fonte primária quanto objeto de investigação. Além disso, o desafio enfrentado pelo autor diz respeito, também, a abordar a fotografia japonesa, fenômeno pouco discutido na produção acadêmica brasileira. Além disso, o período analisado por Gibson, o pós-guerra, é bastante importante na história nipônica, uma vez que, com o colapso das



identidades erigidas pelo nacionalismo político até 1945, artistas e intelectuais buscaram construir de diferentes formas o *ethos* japonês, desde a proposta de retorno ao ideário nacional até sua ostensiva rejeição (IGARASHI, 2000). É justamente nesse cenário turbulento que a iconografia de Moriyama situa-se, como bem localizado por Gibson.

Foi também no contexto histórico do pós-guerra que surgiu uma das figuras literárias mais consagradas da atualidade no Japão, Banana Yoshimoto, pseudônimo utilizado por Mahoko Yoshimoto. A autora nasceu justamente no mesmo ano das Olimpíadas de Tóquio (1964), evento que marcaria a reconstrução nipônica e legitimaria sua prosperidade econômica diante do cenário internacional (IGARASHI, 2000). Joy Nascimento Afonso, nesta edição da *Prajna*, analisa um dos contos escritos por Yoshimoto, *Chiisa no yami* (literalmente, *Pequena escuridão*). Afonso ressalta a questão da escrita feminina na produção de memórias, uma vez que Yoshimoto as produz relacionadas à sua experiência de viagem pela capital argentina, Buenos Aires.

Yoshimoto pertence a uma geração de literatos japoneses, tal como Haruki Murakami (1949-), cuja produção é voltada não apenas para o público nipônico, possuindo circulação, antes, internacional e com traduções para múltiplas línguas. Isso amplia o repertório trabalhado, que passa a transcender as temáticas fundamentadas sobretudo no mundo japonês, marcando um diferencial em relação a literatos anteriores, como Natsume Soseki, Junichiro Tanizaki ou mesmo Yukio Mishima. Os cenários dos romances de Yoshimoto, como sugerido por Afonso, dizem respeito às cidades ocidentais, tais como Buenos Aires, às vezes em torno de localidades emblemáticas, como o Cemitério da Recoleta, onde se encontra sepultada Evita Perón. Tais espaços evocam lembranças da literata, mas partindo de sua experiência pessoal estruturada a partir de elementos da cultura japonesa, ainda que de forma transgressora. As relações entre o eu e o outro, desenvolvidas em torno de diferentes espacialidades e temporalidades em outros artigos presentes nesta edição da *Prajna*, encontram-se aqui também reconstruídas sob o olhar de Yoshimoto.

Fechando com chave de outro as reflexões sobre o eu e o outro, que parece constituir linha mestra que entrelaça os diferentes textos que



compõem a primeira edição, Gil Vicente Nagai Lourenção discorre, em seu artigo, a respeito de sua experiência pessoal no Japão, entre 2012 e 2015, com o intuito de desenvolver sua pesquisa de doutorado. A tese de sua investigação, utilizando de procedimentos antropológicos, diz respeito à noção de *ki*, a energia no universo japonês que poderia ser mobilizada em diferentes artes japonesas. Lourenção analisa a concepção tendo em vista o *budô*, conjunto de práticas ligadas às artes marciais.

A narrativa do artigo de Lourenção é bastante interessante, uma vez que entrelaça o objeto de investigação aos percursos do autor, a ponto de torná-los inseparáveis na trama do texto. Cenários como cidades, ruas e academias pontuam sua reflexão, perpassada também de personagens como praticantes de *kendô*, a arte da espada no Japão, bem como instrutores e o próprio Lourenção, em sua rotina de treinos e conversas rotineiras, mas cheias de significado. Como visto nos textos anteriores desta edição da *Prajna*, como aqueles escritos por Joy Afonso, Ana Beatriz Pestana, André Bueno, Kamila Czepula, Rozely Oliveira, Jorge Leão e Pedro Brocco, a cultura do outro é apropriada por determinados personagens, como o literato, o dramaturgo, o intelectual, a freira e o jesuíta, criando diferentes representações. Nas reflexões de Lourenção, o antropólogo entra em cena, colhendo e analisando experiências e impressões, reconstruindo-as numa representação conjunta em torno do *ki* e dos sentidos do *budô*.

Tendo em vista os diferentes textos que compõem a primeira edição (entre artigos, entrevistas, resenhas e fontes primárias), pode-se perceber que não se trata apenas de uma reunião de contribuições, mas de reflexões que, antes, encontram-se entrelaçadas a partir de temáticas fundamentais numa revista sobre as culturas orientais. O grande elo talvez tenha sido as relações entre Ocidente e Oriente, seja pela ação de sujeitos em outras regiões do mundo, como é o caso de figuras religiosas europeias no Japão ou na Índia, seja interpretando a cultura do outro em seus próprios países, como na leitura do Daoísmo feita por intelectuais brasileiros.

Outro ponto, corolário do primeiro, que se destaca nesta edição diz respeito à complexidade das relações de poder inerentes ao contato cultural



que, como visto, não podem ser reduzidas ao binômio opondo dominantes e dominados. Estes não seriam vítimas passivas, desenvolvendo, antes, formas de resistência aos processos de dominação e, além disso, negociando suas identidades em balanços desiguais de poder. Por fim, entre outras questões, as reflexões aqui presentes sugerem a multiplicidade de fontes primárias para a pesquisa, tais como a documentação epistolar (rica no caso de padres jesuítas e freiras agostinhas) e a própria iconografia, abrindo novas veredas para a investigação acadêmica.

Agradecemos a toda equipe da *Prajna*, tendo em vista a comissão científica, os pareceristas e a equipe editorial. Considerando o rico repertório que constitui esta edição, esperamos que o leitor aprecie a leitura e contribua para com a *Prajna*, lendo, compartilhando e mesmo submetendo novas contribuições no futuro.



## REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Richard Gonçalves. O ogro e o demônio: a representação fotográfica da devastação nuclear em “Hiroshima”, de Ken Domon (1945-1958). **Domínios da imagem**, v. 13, p. 30-65, 2019.
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru: EDUSC, 2004.
- COHEN, Nissim. **Ensinaamentos do Buda**: uma antologia do Cânone Páli. São Paulo: Devir Livraria, 2008.
- DEZEM, Rogério. **Matizes do “amarelo”**: a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.
- FELTENS, Frank. “Realist” betweenness and collective victims: Domon Ken’s Hiroshima. **Stanford journal of East Asian affairs**, v. 11, n. 1, p. 64-74, 2011.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira**: nova reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- HOBSBAWM, Eric. A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914. In: HOBSBAWM, E.; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. 9 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014. p. 337-385.
- IGARASHI, Yoshikuni. **Bodies of memory**: narratives of war in postwar Japanese culture, 1945-1970. New Jersey: Princeton University Press, 2000.
- LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- LESSER, Jeffrey. **Uma diáspora descontente**: os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica (1960-1980). São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi (Orgs.). **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.
- SUZUKI, Daisetz Teitaro. **Introdução ao Zen Budismo**. 10. ed. São Paulo: Editora Pensamento, 2005.
- WATTS, Alan. **O Zen e a experiência mística**. São Paulo: Cultrix, 1988.
- WEBER, Max. **The religion of India**: the sociology of Hinduism and Buddhism. Glencoe: The Free Press, 1958.
- YIENGPRUKSAWAN, Mimi Hall. Os corpos do Buda e a virada iconográfica no Budismo. In: YOSHINORI, Takeuchi (Org.). **A espiritualidade budista**: China mais recente, Coréia, Japão e mundo moderno. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 403-429.





## NOTAS

1. Mestre em História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e doutorando na mesma área pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: [leonardo\\_luiz8@hotmail.com](mailto:leonardo_luiz8@hotmail.com).
2. Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e pós-doutor em Língua, Literatura e Cultura Japonesa pela Universidade de São Paulo (USP). É professor do Departamento de História da UEL, atuando tanto na graduação quanto no Programa de Pós-Graduação em História Social. Coordena o Laboratório de Pesquisa sobre Culturas Orientais (LAPECO), vinculado à UEL e cadastrado no CNPq. E-mail: [richard\\_andre@uel.br](mailto:richard_andre@uel.br).
3. O Brasil tem recebido, desde o século XIX, fluxos migratórios envolvendo populações provenientes de regiões como Síria, Líbano, Israel, China, Coreia e Japão, entre outras, o que possui implicações culturais significativas em nosso país (LESSER, 2001).

